

# O processo de elaboração de dicionários brasileiros de terminologia arquivística

## Contribuições para a terminologia da área

The process of preparing Brazilian dictionaries of archival terminology: contributions to the terminology of the area / El proceso de elaboración de diccionarios brasileños de terminología archivística: aportes a la terminología del área

### Gabriel da Silva Barros

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.

gabriel\_barros@id.uff.br

### Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação da UFF e em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.

clarissaschmidt@id.uff.br

### RESUMO

O artigo examina a conformação da terminologia arquivística brasileira entre os anos de 1972 e 2005, analisando o processo de elaboração do *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo e Bellotto (1996), e do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), do Arquivo Nacional (2005). Consta-se que ambos foram fundamentais para a estruturação da área, porém necessitam de esforços voltados à constante atualização.

*Palavras-chave:* arquivologia; terminologia; dicionário de terminologia arquivística.

### ABSTRACT

The article examines the conformation of Brazilian archival terminology between the years 1972 and 2005, analyzing the process of elaborating the *Dicionário de terminologia arquivística*, by Camargo and Bellotto (1996), and the *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), by Arquivo Nacional (2005). It is observed that both were fundamental to the structuring of the field, but they need efforts aimed at constant updating.

*Keywords:* archival science; terminology; dictionary of archival terminology.

### RESUMEN

El artículo examina la conformación de la terminología archivística brasileña entre los años 1972 y 2005, analizando el proceso de elaboración del *Dicionário de terminologia arquivística*, de Camargo y Bellotto (1996), y el *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Dibrate), de Arquivo Nacional (2005). Hubo averiguado que ambos fueron fundamentales para la estructuración del área, sin embargo, necesitan esfuerzos encaminados a una actualización constante.

*Palabras clave:* arquivología; terminología; diccionario de terminología archivística.

## Introdução

Partindo do pressuposto de que a linguagem, quando transformada em discurso, é um dos principais meios de comunicação, e também pela qual se manifestam e se estabelecem diferenças entre as áreas do conhecimento, é fato que disciplinas técnicas ou científicas tendem a denominar seus objetos, práticas e métodos, em um movimento de transformação da dimensão cognitiva à dimensão léxica.

Nesse sentido, de acordo com Cabré, a terminologia assume um importante papel na comunicação especializada, principalmente por ser o termo, além de uma representação léxica, essencial à transmissão do pensamento especializado de um determinado campo.

Para as diferentes disciplinas técnico-científicas, a terminologia é o conjunto de unidades de expressão e comunicação que permitem a transferência de pensamento especializado. O importante nesta concepção é o valor de troca dos termos, é por isso que dizemos que os termos são, para as áreas de especialidade, um meio de transferir o conhecimento, de se comunicar. (Cabré, 1995, p. 4)

Nessa linha de pensamento, para Benveniste,

a constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. *Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.* (Benveniste, 1989, p. 252, grifo nosso)

Benveniste nos apresenta o significado do ato de denominar objetos e saberes para um campo científico. Sobre esse aspecto, Krieger e Finatto (2004, p. 17) afirmam que “a importância do processo denominativo para as atividades de conceitualização explica, assim, o papel das terminologias na fixação e na circulação do saber científico e técnico”.

Na arquivologia, essa “denominação” comporta fundamentalmente o diálogo permanente entre teoria e prática para a construção de uma terminologia para a área, uma vez que

a contribuição daqueles que labutam cotidianamente nos arquivos organizados e atuantes pode realmente proporcionar uma interação entre teoria e prática. De um lado, os teóricos, de outro, o profissional do dia a dia que lida automaticamente com as denominações ou significados aprendidos ou atribuídos, sem preocupações com a sua exatidão ou não [...] nós, pesquisadores e professores, temos o significado. Eles detêm o uso. (Bellotto, 2007, p. 55)

Desse modo, ponderamos que a construção e o desenvolvimento da arquivologia, enquanto área do conhecimento, deve considerar a definição de termos numa sistemática permanente que relaciona sua aplicação prática, sua constatação empírica e sua validade teórica, sempre com o objetivo de significar a realidade em conhecimento.

Dito isso, é importante pontuar que uma das primeiras tentativas de se estabelecer uma unidade terminológica na arquivologia é atribuída ao arquivista italiano Eugenio Casanova nos anos de 1930, mas é com a fundação do Conselho Internacional de Arquivos, em 1948, e a partir da existência de congressos específicos da área, que podemos encontrar resultados quanto às questões terminológicas no interior de sua comunidade científica (Schmidt, 2015).

Tais iniciativas perpassam a necessidade de se consolidarem elementos que contribuam para a fundamentação teórica e prática da disciplina de forma a legitimá-la. Desse modo, assumimos que a terminologia<sup>1</sup> serve à arquivologia como meio de garantir a precisão e o desenvolvimento terminológico da área, pois, conforme afirma Bellotto:

uma terminologia própria da arquivística é um dos elementos essenciais para a definitiva consolidação, não só da profissão do arquivista, como da própria área, contribuindo para uma maior nitidez dos seus contornos, de modo a distingui-la das outras profissões e áreas do conhecimento [...]. (Bellotto, 2007, p. 53)

No Brasil, preocupações dessa natureza apareceram logo após a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971. A partir

---

<sup>1</sup> Nota do editor (N. do E.): aqui, a palavra “terminologia” se refere à disciplina que estuda os termos e suas definições, e não ao conjunto de termos de uma dada área.

de então, à semelhança de perspectivas estrangeiras, houve no Brasil inúmeras tentativas de consolidar essas preocupações quanto à terminologia da área, inclusive problematizando a influência de termos que não os brasileiros. Como consequência, enquanto dicionários especializados, temos o *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*, publicado pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, em 1989; o *Dicionário de terminologia arquivística*, publicado em 1996; o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, publicado pelo Arquivo Nacional em 2005; e o *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*, publicado em 2008.

Assim, buscou-se, com este artigo,<sup>2</sup> conhecer o desenvolvimento da terminologia arquivística brasileira no período compreendido entre 1972 e 2005, com especial enfoque ao processo de elaboração do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional, 2005) e do *Dicionário de terminologia arquivística* (Camargo; Bellotto, 1996), por nós considerados aqueles com maior repercussão na arquivologia brasileira.

Para efeitos metodológicos, trabalhou-se com os textos introdutórios dos citados dicionários que, de forma breve, se ocupam em contextualizar seu histórico e o cenário de elaboração. Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada com roteiro predeterminado.

As entrevistas foram realizadas, e gravadas, com as autoras e coordenadoras do dicionário de 1996: Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto,<sup>3</sup> além da coordenadora do dicionário de 2005, Silvia Ninita de Moura Estevão.<sup>4</sup>

## A terminologia arquivística brasileira

A despeito de breves iniciativas anteriores, foi com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, que se formou um grupo de estudos voltado à terminologia arquivística. O referido grupo foi composto por cinco profissionais: Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Correa, Regina Alves Vieira

---

2 Este artigo é fruto da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, intitulada *Terminologia arquivística em ação: os termos “dossiê” e “processo” em dimensões teóricas e práticas*.

3 Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, coordenadoras e autoras do *Dicionário de terminologia arquivística*, conforme entrevista realizada em junho de 2019, na cidade de São Paulo, SP.

4 Silvia Ninita de Moura Estevão, coordenadora do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, conforme entrevista realizada em abril de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

e Marilena Leite Paes, tendo seus primeiros resultados publicados no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, na forma de um glossário de terminologia de 132 termos (Arquivo Nacional, 2005).

Resultado disso, em 1977

foi criado pela AAB o Comitê de Terminologia Arquivística. Unindo-se à Comissão de Estudos de Terminologia Arquivística do Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação (CB-14) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o novo grupo – composto por Maria de Lourdes Costa e Souza (AAB), Maria Amélia Porto Migueis e Irene de Menezes Dória (individuais), Marilena Leite Paes e Eloísa Helena Riani (Fundação Getúlio Vargas), Maria de la Encarnación E. Santos (Arquivo Nacional) e José Lázaro de Souza Rosa (Comercial Prontocópia S.A.) – iniciou, em 1982, um projeto de normalização da terminologia arquivística no Brasil que, lançado em 1983, compreendeu 60 termos em português, com as respectivas definições. Em 1986, esse trabalho passou à categoria de norma brasileira, constituindo a NBR 9578: *Arquivo – Terminologia*. (Arquivo Nacional, 2005, p. 10, grifo do autor)

Mais de dez anos depois, em 1988, foi divulgada no Brasil uma tradução da primeira edição do *Dictionary of archival terminology* (DAT), de 1984,<sup>5</sup> para a língua portuguesa, realizada por Maria Amélia Porto Migueis e Maria Odila Kahl Fonseca com o apoio da Associação Latino-americana de Arquivos (ALA). Essa tradução serviu como base para as discussões acerca de sua atualização por meio da figura de grupos de trabalhos formados na I Conferência Nacional de Arquivos<sup>6</sup> realizada também no ano de 1988 no Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, 2005).

Já em 1989,

Rolf Nagel, pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, em coautoria com Maria José Rabello de Freitas, pela Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia, lançaram o *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*, trabalho que contou com a assessoria de Isa Miriam de Almeida Poupard, na

---

<sup>5</sup> Fruto de um grupo de trabalho presidido pelo inglês Peter Walne no âmbito do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). No ano de 1988 é lançada uma segunda edição do DAT.

<sup>6</sup> Um detalhe importante sobre a I Conferência Nacional de Arquivos, ocorrida no ano de 1988, é que no ano de 2011 também ocorreu um evento igualmente denominado de I Conferência Nacional de Arquivos, mas com propósitos diferentes.

época professora visitante da universidade, e com a participação de 34 alunos do Curso de Especialização em Arquivologia da referida escola. O *Dicionário da Bahia*, como ficou conhecido, reuniu um conjunto de 537 termos, tendo por referencial o DAT 2. (Arquivo Nacional, 2005, p. 10, grifo do autor)

De forma direta, o Quadro 1 expressa uma linha do tempo das obras de terminologia arquivística elaboradas até a publicação dos dicionários de Camargo e Bellotto (1996) e do Arquivo Nacional (2005).

**Quadro 1 – Linha do tempo das obras brasileiras de terminologia arquivística: 1972-2005**

OBRA	AUTORIA	ANO	REEDIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Terminologia arquivística	Dannemann, Maria Luíza Stallard <i>et al.</i>	1972		Apresentada no I CBA
NBR 9578: Arquivo – Terminologia	Associação Brasileira de Normas Técnicas	1986		
Dicionário de terminologia arquivística	Conselho Internacional de Arquivos	1988		Tradução de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Miguéis
Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira	Nagel, Rolf(ed.)	1989	1991	Elaborado através de uma parceria entre o Brasil e a Alemanha
Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística	Arquivo Público do Estado de São Paulo	1989		Obra não localizada para consulta

OBRA	AUTORIA	ANO	REEDIÇÃO	OBSERVAÇÃO
Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	Associação dos Arquivistas Brasileiros	1990		
Dicionário de termos arquivísticos	Silva, Jaime Antunes da (pres.)	1991		Divulgação preliminar dos resultados. Obra não localizada para consulta
Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira	Silva, Jaime Antunes da (coord.)	1992		Obra não impressa <sup>7</sup>
Dicionário de terminologia arquivística	Camargo, Ana Maria de Almeida; Bellotto, Heloísa Liberalli (coord.)	1996		
Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira	Arquivo Nacional	1999		Obra não localizada para consulta
Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística	Arquivo Nacional	2004		
Dicionário brasileiro de terminologia arquivística	Arquivo Nacional	2005		

Fonte: elaborado pelos autores.

Podemos observar, a partir do relato histórico aqui apresentado, diversas iniciativas de estudos e trabalhos, fato que, de certa maneira, se

<sup>7</sup> “Encaminhado para publicação em 1992, reunindo então cerca de 550 termos, o Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira não foi impresso.” (Arquivo Nacional, 2005, p. 11).

estendeu na elaboração e publicação dos dicionários de terminologia que estudaremos.

### *O Dicionário de terminologia arquivística*

Os esforços para publicação, no ano de 1996, da versão hoje conhecida do *Dicionário de terminologia arquivística* remontam ao ano de 1988, quando se formou o primeiro grupo de trabalho para a elaboração dessa obra, na cidade de São Paulo.

Camargo e Bellotto, coordenadoras do grupo, relataram em entrevista que a criação de tal grupo foi motivada pelos avanços do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) com a publicação da primeira edição do DAT, no ano de 1984, e a segunda versão dessa obra, em 1988. Isso, então, provocou uma “pressão” para que cada país viesse a possuir sua própria terminologia em arquivos, baseando-se no trabalho terminológico já desenvolvido pelo CIA.

Assim, conforme já citado, após a publicação, no ano de 1988, da tradução do DAT para o português, formaram-se grupos de trabalho, a partir da I Conferência Nacional de Arquivos (Rio de Janeiro, 1988), que objetivavam discutir e atualizar a versão brasileira do DAT.

Destarte, instituiu-se um grupo de trabalho, na cidade de São Paulo, especificamente no âmbito do Núcleo Regional de São Paulo<sup>8</sup> da AAB, também em 1988, com vistas ao cumprimento da finalidade exposta. Desse grupo fizeram parte, inicialmente, além de Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, como coordenadoras: Ana Maria Penha Mena Pagnocca, Aparecida Sales Linares Botani, Célia Reis Camargo, Edite Maria da Silva, Felícia Musikman, Guita Mindlin, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves, Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso e Viviane Tessitore.

Camargo e Bellotto (2019) destacam que foi Heloísa Liberalli Bellotto quem conseguiu dar forma a grande parte dos termos e definições que o grupo desenvolveu durante todo o trabalho. Bellotto havia realizado, no ano de 1977, a especialização em *organización y administración de archivos* pela Escuela de Documentalistas de Madrid; em 1979, um estágio em técnica de arquivos no Arquivo Nacional da França e, em 1987, um curso pelo National Archives and Records Administration, nos Estados Unidos. Assim, naquele momento, Heloísa Bellotto era uma participante

---

8 Atual Associação de Arquivistas de São Paulo (Arq-SP).

do grupo com conhecimento consistente, o que lhe permitia uma visão mais ampla, principalmente sobre a forma que os países pelos quais passou tratavam a terminologia em arquivos.

A primeira configuração do grupo desenvolveu, entre os anos de 1988 e 1990, duas versões preliminares do dicionário, que não se basearam exclusivamente na versão brasileira do DAT, mas também em outras obras terminológicas brasileiras e estrangeiras, além dos estudos das coordenadoras e participantes do grupo em terminologia, considerando, principalmente, as práticas em arquivos das envolvidas. Além disso, Camargo e Bellotto (2019) contam que o grupo dispôs da colaboração de algumas consultoras em filologia que muito contribuíram para a materialização dos termos e definições.

A primeira versão, no ano de 1989, foi intitulada *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística*, datilografada pela própria Ana Maria de Almeida Camargo e distribuída por ocasião da II Conferência Nacional de Arquivos Públicos (1989), na cidade de Porto Alegre. Já a segunda versão, chamada de *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*, foi publicada no ano de 1990 pela AAB por meio do Núcleo Regional de São Paulo e com o apoio do Centro Nacional de Desenvolvimento do Gerenciamento da Informação (Cenadem).

Camargo e Bellotto (2019), argumentando sobre o papel do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp) para a versão preliminar de 1989, afirmam que, por ter sido na década de 1980 instaurado o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (Saesp), que possui o Apesp como órgão central e, ainda, por terem as coordenadoras do dicionário participado como consultoras independentes para a idealização do sistema, a instituição ganhou o protagonismo na elaboração de um dicionário de terminologia arquivística. Além disso, outras participantes do grupo passaram pelo Apesp de alguma forma, como Viviane Tessitore e Janice Gonçalves.

Um outro aspecto sobre o envolvimento do Arquivo Público, de acordo com Camargo e Bellotto (2019), diz respeito à realização de um chamado Fórum de Discussão Arquivística, organizado pelas coordenadoras, que acontecia na sede do Apesp com periodicidade semanal, existindo entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980. Assim, os referidos anos foram de grande envolvimento por parte dos interessados e entusiastas no estudo dos arquivos.

Ainda sobre as motivações para a criação do grupo de trabalho voltado ao tema da terminologia arquivística na cidade de São Paulo,

Camargo e Bellotto (2019) contam que existia uma forte necessidade de um instrumento terminológico na área, principalmente pela existência, naquela época e local, de um curso de especialização em organização de arquivos (1986-2009), do qual as coordenadoras faziam parte do corpo docente, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP).

As coordenadoras destacaram outros envolvimento institucionais que, de certa maneira, colaboraram para o progresso da arquivologia na cidade de São Paulo, como a extinta Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap/1974-2015), que disponibilizou alguns cursos voltados às questões da implantação de sistemas de informações e de protocolo de documentos.

Nesse sentido, Camargo e Bellotto (2019) apontam que toda a mobilização em torno da matéria arquivística na cidade sempre esteve envolta, em grande parte, pelos mesmos indivíduos, e que essa mobilização possibilitou a criação, no ano de 1998, da Associação de Arquivistas de São Paulo (Arq-SP), quando da extinção do Núcleo Regional de São Paulo da AAB.

Voltando à primeira configuração do grupo de trabalho, a partir do Quadro 2 podemos visualizar a área de atuação de cada uma das componentes:

**Quadro 2 – Componentes do grupo de trabalho de São Paulo (1988-1990)**

COMPONENTE	ÁREA			
	Arquivística	Conservação	Micrográfica	Informática
Ana Maria de Almeida Camargo	x			x
Ana Maria Penha Mena Pagnocca	x			
Aparecida Sales Linares Botani			x	
Célia Reis Camargo	x			
Edite Maria da Silva		x		
Felícia Musikman			x	
Guita Mindlin		x		

COMPONENTE	ÁREA			
	Arquivística	Conservação	Micrográfica	Informática
Heloísa Liberalli Bellotto	x			
Isabel Maria Mezzalira		x		
Janice Gonçalves	x			x
Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso	x			
Viviane Tessitore	x		x	

Fonte: adaptado de Balmant (2016, p. 69).

Assim, com base no Quadro 2, observamos a participação de cada componente em um ou dois temas na elaboração das versões preliminares do *Dicionário de terminologia arquivística*.

Contudo, entre os anos de 1992 e 1996, o grupo de trabalho assumiu uma nova configuração<sup>9</sup> com a redução de componentes. Dessa segunda formação, fizeram parte: Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (coordenação); Aparecida Sales Linares Botani, Isabel Maria Mezzalira, Janice Gonçalves e Viviane Tessitore, todas participantes da primeira configuração.

Ao questionarmos Camargo e Bellotto (2019) sobre os motivos pelos quais se deu a redução do grupo, obtivemos como justificativa questões circunstanciais que abarcaram demandas da vida pessoal de algumas das componentes e, também, o fato de ter sido suprida a necessidade de participação de algumas delas e de seus respectivos conhecimentos para as discussões e estudos que desenvolveram as duas versões preliminares.

Então, dessa segunda configuração do grupo de trabalho, tem-se como produto a versão final do aqui abordado *Dicionário de terminologia arquivística*, publicado pelo Núcleo Regional de São Paulo da AAB em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo em 1996.

<sup>9</sup> Cabe apontar que em nenhuma das duas configurações do grupo de trabalho houve a presença de um terminólogo ou especialista em terminologia. Lembrando que, conforme a nota n. 1, N. do E., “terminologia”, aqui, se refere à disciplina que estuda os termos e suas definições, e não ao conjunto de termos de uma dada área.

De forma sintética, a linha do tempo de produção e elaboração do *Dicionário de terminologia arquivística* pode ser assim expressa:

**Quadro 3 – Linha do tempo: *Dicionário de terminologia arquivística***

ANO/PERÍODO	EVENTO
1980	Formação do primeiro grupo de trabalho
1989	Publicação da obra <i>Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística</i>
1990	Publicação da obra <i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa</i>
1992	Grupo de trabalho assume nova configuração
1996	Publicação do <i>Dicionário de terminologia arquivística</i>

Fonte: elaborado pelos autores.

É importante mencionar que o hiato de cerca de um ano entre a primeira (1980-1990) e a segunda (1992-1996) configuração do grupo é justificado pelo grande envolvimento das coordenadoras em tantas outras atividades que vinham acontecendo no mesmo período, como a já citada participação no Saesp e no curso do IEB/USP.

Por fim, cabe explicitar que nenhum trecho da versão final do dicionário aborda ou propõe uma periodicidade de atualização da produção. E, ainda, conforme Camargo e Bellotto (2019), não houve, até os dias atuais, nenhuma ação concreta para sua atualização. Contudo, nos anos de 2010 e 2012, foram publicadas novas edições que não apresentaram mudanças de conteúdo quando comparadas com a sua primeira versão, tendo sido feitas apenas revisões ortográficas, de formato e visual. Tais edições foram editadas e publicadas, em 2010, pelo Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em uma versão de bolso e, em 2012, pela Arq-SP.

### **O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**

Embora a publicação do Dibrate date do ano de 2005, seu desenvolvimento se deu por meio de ações precursoras desde o ano de 1990. Nesse mesmo ano, foi formado no Arquivo Nacional do Brasil um grupo de

trabalho que visava interligar os estudos de terminologia arquivística em curso.<sup>10</sup>

O grupo, presidido por Jaime Antunes da Silva, era composto por Elizabeth da Silva Maçulo, Helena Moesia de Albuquerque, Ingrid Beck, Maria Izabel de Oliveira, Paulo de Tarso Rodrigues Dias Paes Leme, Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Com o intuito de imprimir agilidade aos trabalhos, investiu-se no desenvolvimento de um sistema informatizado, criando-se uma base de dados para armazenamento das informações.<sup>11</sup> Em 1991, os resultados dos estudos foram divulgados preliminarmente, com o objetivo de aproximar as discussões regionais e receber contribuições técnicas de várias partes do país. Ao grupo de trabalho original juntaram-se, em ocasiões especiais, Nilza Teixeira Soares (Distrito Federal), Helena Corrêa Machado e Maria Odila Kahl Fonseca (Rio de Janeiro), Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto (São Paulo).<sup>12</sup> (Arquivo Nacional, 2005, p. 11)

Em entrevista concedida a nós, Silvia Ninita de Moura Estevão, coordenadora do Dibrate e autora da parte introdutória, atribuiu à instituição desse grupo de trabalho o que chamou de “decorrências naturais de processos técnicos de amadurecimento da área”.

De acordo com Estevão (2019), no ano de 1980, quando Celina Vargas do Amaral Peixoto assumiu a diretoria do Arquivo Nacional (AN), cargo em que se manteve até o ano de 1990, iniciou-se um programa de modernização institucional e administrativa do órgão que tinha como principais bandeiras a transferência do prédio onde estava situado o AN, a capacitação de pessoal e a criação de uma lei de arquivos.

Toda a metodologia inaugurada e desenvolvida durante a década de 1980 no AN, fortemente focada na resolução de diversos problemas

---

<sup>10</sup> Cabe apontar que, bem como para o dicionário de Camargo e Bellotto (1996), em nenhuma das configurações do grupo de trabalho parece ter havido a presença de um terminólogo ou especialista em terminologia. Lembrando que, conforme a nota n. 1, N. do E., “terminologia”, aqui, se refere à disciplina que estuda os termos e suas definições, e não ao conjunto de termos de uma dada área.

<sup>11</sup> “O sistema foi desenvolvido por Kenya Ribeiro Ponciano, do Setor de Informática do Arquivo Nacional, e inaugurado em agosto de 1990. A digitação dos dados coube, em diferentes etapas, a Maria Helena Soares de Miranda, Maria Cecília Paes de Barros Leães e Ângela Laranja Mandosio” (Arquivo Nacional, 2005, p. 11).

<sup>12</sup> Em entrevista, Camargo e Bellotto (2019) contam que a participação delas no grupo em questão foi muito rápida devido à distância entre o trajeto São Paulo-Rio de Janeiro e à impossibilidade de estarem sempre presentes nas reuniões do grupo.

técnicos do órgão, culminou na necessidade de uma terminologia própria aos arquivos, quando se deu início ao já citado grupo de trabalho na década de 1990 (Estevão, 2019).

Produto desse grupo de trabalho foi encaminhado para publicação, em 1992, reunindo cerca de 550 termos e denominado *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*, o qual não foi impresso (Arquivo Nacional, 2005).

Ao questionarmos Silvia Estevão (2019) sobre o motivo pelo qual, no ano de 1992, essa obra não foi impressa, a coordenadora apresentou como justificativa o cenário de crise política à época e os problemas financeiros causados pelo início do processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor, além do forte contingenciamento que sofreu o Arquivo Nacional no período. Estevão (2019) também relata problemas estruturais que, embora não tenham sido a causa da não publicação da obra terminológica, refletem o cenário de dificuldade no qual se encontrava o Arquivo Nacional no período.

Ainda de acordo com a coordenadora, também durante o governo Collor (1990-1992), ocorreu um grave desastre no então prédio do AN que, por causa de uma forte chuva, teve diversos depósitos e salas, incluindo o gabinete da Diretoria Geral, alagados. Assim, a crise política e o contingenciamento orçamentário figuraram como impeditivos para a publicação e impressão da obra produzida pelo grupo de trabalho do AN (Estevão, 2019).

Contudo, mesmo não tendo sido publicada, a já citada versão de 1992 sofreu, no ano de 1994, uma redução de termos por solicitação da ALA. Tal redução visou facilitar o diálogo e possibilitar a construção de uma terminologia comum entre as línguas portuguesa e espanhola, movimento esse que gerou dois produtos terminológicos apelidados de “Glossa[rio] Brasil” e “Glossa[rio] Espanha” (Arquivo Nacional, 2005).

Sobre a atuação e envolvimento da ALA, Estevão (2019) explica que a pessoa que esteve à frente desse contato foi Ana Maria de Lima Brandão, funcionária do Arquivo Nacional. O principal enfoque da redução por solicitação dessa associação visava à exclusão de “termos relativos a equipamentos, tipos de documentos e aqueles considerados especializados de áreas afins” (Arquivo Nacional, 2005, p. 11).

Como exemplo, Silvia Estevão cita:

A gente aqui no Brasil estava trabalhando com dispositivos utilizados na área de arquivo. Então, eu me lembro, assim, nossa primeira palavra, que eu era apaixonada pela palavra, era o atril. O que era o atril? O atril é um suporte para você colocar, sobretudo, assim, códices, livros de registro encadernados ou

coisas de maior tamanho. O atil era uma coisa muito usada em biblioteca. E a gente brigava por colocar esses nomes, desses dispositivos e outras coisas. E a orientação da ALA predominou só colocar o essencial. Então você não deveria colocar essas outras coisas. (Estevão, 2019)

Cabe expor que, bem como a versão de 1992, as versões chamadas de “Glossa[rio] Brasil” e “Glossa[rio] Espanha” não foram publicadas e impressas por motivos ainda desconhecidos.

“De novembro de 1997 a julho de 1999 procedeu-se, no Arquivo Nacional, a uma revisão do trabalho, interrompida na parte relativa à equivalência dos seus 381 termos com outros idiomas” (Arquivo Nacional, 2005, p. 12). Esses 381 termos foram produtos da redução dos 550 termos propostos pela ALA. Tal revisão gerou o chamado *Dicionário de termos arquivísticos* no ano de 1999.

“A retomada do projeto de um dicionário de terminologia de abrangência nacional, em 2003, considerou o trabalho anteriormente realizado e valeu-se, também, da versão preliminar (*draft*) do DAT 3, datada de 21 de setembro de 2002” (Arquivo Nacional, 2005, p. 12). Fruto desse projeto, publica-se, em 2004, a obra *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que foi colocada em discussão na internet pela comunidade arquivística.

Assim, para chegar à versão final do Dibrate, publicada no ano de 2005, foram utilizadas como base as referências expressas no Quadro 4.

#### Quadro 4 – Obras de referência: Dibrate

OBRAS	LANÇAMENTO	TERMOS	DEFINIÇÕES	EQUIVALÊNCIAS
DAT 1	1984	503	inglês e francês	alemão, espanhol, holandês, italiano, russo
DAT 2	1988	486	inglês e francês	alemão, espanhol, holandês, italiano, russo
DAT POR (v. prov.)	1989	552	português (de Portugal)	–
DAT POR	1993	467	português (de Portugal)	alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português do Brasil

OBRAS	LANÇAMENTO	TERMOS	DEFINIÇÕES	EQUIVALÊNCIAS
DAT 3	2002	313	inglês	alemão, espanhol, francês
DTA AN	1999	381	português (do Brasil)	–
Subsídios	2004	451	português (do Brasil)	alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português de Portugal

Fonte: adaptado de Arquivo Nacional (2005, p. 12).

Em resumo, podemos reconstruir a linha temporal de produção e elaboração do Dibrate da seguinte forma:

#### Quadro 5 – Linha do tempo: Dibrate

ANO/PERÍODO	EVENTO
1990	Instituição do grupo de trabalho no AN
1991	Resultados dos estudos foram divulgados preliminarmente
1992	Encaminhamento para publicação do <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</i> , que não foi impresso
1994	Versão de 1992 foi reduzida por solicitação da ALA
1997 a 1999	Revisão do trabalho, publicação do: Arquivo Nacional (Brasil). <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</i> . Rio de Janeiro: O Arquivo, 1999. 75f. (381 termos) <sup>13</sup>
2003	Retomada do projeto de um dicionário de terminologia de abrangência nacional
2004	Publicação da obra <i>Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>
2005	Publicação do Dibrate

Fonte: elaborado pelos autores.

<sup>13</sup> Obra não localizada fisicamente, nem digitalmente. Encontra-se na lista de referências do Dibrate.

No período compreendido entre o final dos anos de 1998 até 2003, desenvolveu-se, no âmbito do Arquivo Nacional, a tradução para o português da Isad(G) – General International Standard Archival Description, publicada no Brasil no ano de 2000, e da Isaar(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families, publicada no ano de 2004.

Nesse sentido, Estevão (2019) argumenta que, como o Arquivo Nacional estava se alinhando desde o início dos anos 2000 com algumas normas arquivísticas internacionais, foi natural o caminho de criação de uma norma nacional. Contudo, surgiu a necessidade de um dicionário de terminologia próprio da área, fator primordial para a elaboração de uma norma brasileira. Assim, a retomada do projeto de um dicionário de terminologia arquivística de abrangência nacional, no ano de 2003, foi também uma decorrência da necessidade de criação do que veio a ser, três anos mais tarde, a Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Estevão, 2019).

Destarte, na etapa de escolha dos termos na elaboração do Dibrate, foram incluídos termos presentes na Isad(G) e na Isaar (CPF), “por serem do domínio da arquivologia e, portanto, passíveis de estimular discussões à medida que forem aplicados. São exemplos código de referência, descrição multinível, registro de autoridade e título, entre outros” (Arquivo Nacional, 2005, p. 13).

Ainda sobre a escolha dos termos incluídos no Dibrate, temos:

Dos termos presentes nos DAT 1, DAT 2, DAT 3 e DAT POR foram, ou mantiveram-se, excluídos aqueles referentes a equipamentos, dispositivos, tipos de documentos, formas e tipos de acondicionamento e termos especializados, de uso mais restrito, próprios de disciplinas afins como conservação e restauração, microfilmagem, informática, diplomática, ciência da informação etc., por se julgar serem eles passíveis de alteração e revisão constantes.

[...]

*Foram também introduzidos termos cunhados no Brasil num passado relativamente recente, com uso frequente nas duas últimas décadas (1980 e 1990), incorporados às práticas e às formulações teóricas da área. Como exemplos, temos identificação, data de produção e data-assunto. (Arquivo Nacional, 2005, p. 13, grifo nosso)*

Baseando-nos no trecho destacado da citação, conseguimos evidenciar a importância da formulação de uma terminologia arquivística baseada nas práticas, visto que o profissional de arquivo precisa enxergar sua realidade na obra terminológica pela qual se ampara.

Entendemos, a partir da reconstrução do processo de elaboração do hoje conhecido Dibrate, que a concepção desse dicionário foi consequência de cerca de 15 anos de idas e vindas, entre embates políticos, financeiros, administrativos e metodológicos. Portanto, a forma que assume o Dibrate em sua versão final foi marcada por massivos estudos e trabalhos, o que a configura como uma obra terminológica de porte e de suma importância para a arquivologia brasileira.

Não obstante, como apresentado na parte introdutória do dicionário:

Em julho de 2005, na 37ª Reunião do Conarq, foi firmado o compromisso de que o grupo de trabalho, o Arquivo Nacional e o próprio Conarq promoverão a revisão, num prazo de dois anos, da presente versão, esperando-se contar, para isso, com a colaboração ativa de técnicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação em arquivologia e áreas afins. Para estimular as contribuições, pretende-se dar ampla divulgação ao dicionário, e organizar e participar de eventos compatíveis com o tema. (Arquivo Nacional, 2005, p. 7)

A revisão citada no trecho acima busca garantir atualidade e eficiência à terminologia de uma dada área e, portanto, é de suma importância. Entretanto, desde a publicação do Dibrate, em 2005, não houve a publicação de uma revisão.

Silvia Estevão (2019) relata que, no ano de 2011, tentou-se instituir um novo grupo de trabalho para revisão do dicionário. Porém, devido a instabilidades políticas e administrativas, além da ausência de insumos materiais e tecnológicos, não foi possível concluir esse projeto. Ainda assim, a coordenadora do Dibrate afirma que os esforços para tal revisão continuam sendo estimulados nos dias atuais, sendo necessários apenas mão de obra e material para elaboração de um software destinado a esse objetivo.

### Considerações finais

O desenvolvimento da terminologia arquivística brasileira pode dizer muito sobre a própria existência da arquivologia no Brasil.

Como foi possível apreender, a criação de uma terminologia em arquivos no Brasil esteve diretamente relacionada aos esforços já executados pelo CIA, fato que, de certa maneira, causou uma dita “pressão” para que os demais países procedessem com suas próprias terminologias ou, ao menos, com a tradução do já publicado DAT.

No ano de 1988, o Brasil publica sua tradução da primeira versão do DAT, datada de 1984, quando, no mesmo ano, se publicou uma segunda

versão desse mesmo dicionário estrangeiro. Contudo, antes mesmo da referida tradução, já existiam obras terminológicas brasileiras, datadas de 1972 e 1986, mas que ainda não se comprometiam em ser um dicionário de terminologia.

Foi apenas no ano de 1989 que se publicou aquilo que se pode chamar do primeiro dicionário de termos arquivísticos essencialmente brasileiro, o apelidado “Dicionário da Bahia”. Usando por base a segunda versão do DAT, o referido dicionário, tanto na sua primeira edição quanto na segunda, trouxe em seu título a ideia de ser um “subsídio para uma terminologia arquivística brasileira”. Tal noção, portanto, nos permite perceber que não existia, até aquele momento, uma terminologia arquivística verdadeiramente consolidada no país.

Sobre essa percepção, podemos, inclusive, compreender que a existência de uma terminologia em arquivos própria ao Brasil deveria considerar os aspectos culturais, políticos e administrativos do país (Bellotto, 2007), o que, de certa forma, afasta a possibilidade de aplicação de um dicionário terminológico meramente traduzido de outra língua, ou exclusivamente baseado em um dicionário estrangeiro. Em outras palavras, defendemos que a terminologia arquivística deve refletir com magnitude as práticas administrativas do país a qual se referem.

Nesse sentido, depreendemos que o dicionário de Camargo e Bellotto (1996) e o do Arquivo Nacional (2005) foram os primeiros dicionários de terminologia arquivística brasileiros a considerar o contexto administrativo do país, além de estudos e obras terminológicas já desenvolvidas no cenário nacional.

O dicionário de Camargo e Bellotto (1996), por exemplo, apresenta, em sua lista de referências, todas as obras terminológicas publicadas até o ano de 1990, expressas no Quadro 1, e, ainda, conforme já citamos, se baseou em estudos das coordenadoras e participantes do grupo em terminologia arquivística, principalmente se valendo de suas experiências práticas no tratamento de arquivos.

Com relação ao dicionário do Arquivo Nacional (2005), como exposto no Quadro 4, duas foram as obras de referência com definições em português do Brasil, datadas, respectivamente, dos anos de 1999 e 2004 e utilizadas na elaboração do Dibrate. Além disso, todas as obras terminológicas citadas no Quadro 1 foram referenciadas na bibliografia desse dicionário.

Ainda em relação ao Dibrate, um detalhe importante diz respeito ao fato de a obra *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que pode ser entendida como uma versão anterior desse

dicionário, ter sido colocada em discussão, na internet, pela comunidade arquivística, o que pode ter garantido à obra do Arquivo Nacional maior identidade brasileira.

Por fim, uma última consideração refere-se à questão de, muito embora possamos dizer que o Brasil possui uma terminologia arquivística bem estruturada, os dicionários terminológicos aqui estudados necessitem de esforços voltados à sua constante atualização, uma vez que o *Dicionário de terminologia arquivística* foi publicado há mais de vinte anos e o Dibrate, há mais de dez.

## Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Subsídios para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 75 f. digit.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a elaboração do dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1989. 86 f. dat.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9578: Arquivo – Terminologia. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo: Cenadem, 1990.
- BALMANT, Fabrício Vieira. *Terminologia arquivística brasileira: estudo exploratório de publicações e termo*. 2016. 252 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *A terminologia das áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 47-56, jan./dez. 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 3, 1995.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *O dicionário de terminologia arquivística e os termos “dossiê” e “processo”*. [15 jun. 2019]. São Paulo. Entrevista concedida a Gabriel da Silva Barros.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3 ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística [versão de bolso]*. 2 ed. São Paulo: Centro de Memória da Educação Feusp/Fapesp, 2010.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado de Cultura, 1996.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Dicionário de terminologia arquivística*. Tradução e revisão de Maria Odila Kahl Fonseca e Maria Amélia Porto Miguéis. [s.l.: s.n., 1988]. 63 f.
- DANNEMANN, Maria Luiza Stallard et al. *Terminologia arquivística*. In: CONGRESSO

- BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1972, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: AAB, 1972. p. 435-495.
- ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura. O Dibrate e os termos “dossiê” e “processo”. [16 abr. 2019]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Gabriel da Silva Barros.
- KRIEGER, Maria Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NAGEL, Rolf (ed.). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*. 2. ed. Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.
- SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da arquivologia*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.
- SILVA, Jaime Antunes da (coord.). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 78 f. dat.
- \_\_\_\_\_. (pres.). *Dicionário de termos arquivísticos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. 75 f. dat.

---

Recebido em 26/4/2020

Aprovado em 8/9/2020